

DESLOUCAR A OBEDIÊNCIA: SOBRE A INSURGÊNCIA DO POLÍTICO EM LEVINAS

Klinger Scoralick

*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Universidade Federal de Juiz de Fora*

RESUMO: Este texto aborda a questão política em Levinas e impõe a ela um discurso sobre a desobediência, que seria o gesto fundador do político, o para-todos da responsabilidade. Pode-se dizer que “é preciso” desobediência sem a qual a política estaria entregue a ela mesma. O tema da desobediência evoca um deslocamento, que toca tanto a ética quanto a política em Levinas, inversamente obediência, que deve ser pensada sob a ótica do *outramente que ser*, sob a aproximação do um ao outro, aproximação do terceiro.

Palavras-chave: Levinas, Obediência, Desobediência, Ética, Política.

RESUME: Ce texte traite de la question politique chez Levinas et lui impose un discours sur la désobéissance, ce qui serait le geste fondateur du politique, le pour-tous de la responsabilité. On peut dire que “il faut” désobéissance sans laquelle la politique ce serait livrée à elle-même. Le thème de la désobéissance évoque un déplacement qui concerne l'éthique autant que la politique selon Levinas, inversement obéissance, qu'on doit penser sous l'optique du *autrement qu'être*, sous l'approche de l'un à l'autre, approche du tiers.

Mots-clés: Levinas, Obéissance, Désobéissance, Éthique, Politique.

*Que maior felicidade poderá haver do que ter crença [inabalável] em um deus doméstico[?]*¹

Em um de seus aforismos de “Reflexões sobre o pecado, a dor, a esperança e o caminho certo” Kafka aponta o olhar para a crença em um Deus “doméstico” (crença inabalável?)². Sua formulação abre, em parte, o caminho para aquilo que aqui nos interessa, isto é, a questão sobre o *desloular* a obediência, que atrita e acende o tema da política – do terceiro – em Levinas.

Desloular é um termo ou um duplo gesto (movimento e loucura) que se faz atribuir à poética da escrita kafkiana³, a qual, em nome do singular (o único), denuncia e desnuda a violência opaca, banal, sistêmica e incontornável que escorre por toda parte e arbitra o normal, o legal, o verdadeiro, sempre em nome de algo

¹ KAFKA, Franz. Reflexões sobre o pecado, a dor, a esperança e o caminho certo. In: *Contos fábulas e aforismos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. p. 108; *meu colchete*.

² O aforismo, que abre este texto, apresenta um excesso de “traição”. No original lê-se: “Was ist fröhlicher als der Glaube an einen Häusgott!” (KAFKA, Franz. *Nachgelassene Schriften und Fragmente II*. Frankfurt a.M.: S. Fischer Verlag, 1992; aforismo 68). Não se encontra a palavra equivalente a “inabalável” na sentença em alemão. Todavia, valho-me aqui desse oportuno “excesso” da tradução, a respeito da crença *inabalável* em um “deus doméstico”, para animar minhas breves considerações sobre o “desloular” – o que também não deixa de ser um gesto em torno da profanação, valendo-me aqui de uma alusão daquilo que se lê em “Elogio da profanação” (AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Biotempo, 2007, pp. 65-79). Há que se perguntar: de fato, a crença em um deus doméstico não é algo sempre da ordem do inabalável? do improfanável? A obra de Levinas sugere um abalo (sempre mais antigo – imemorial – que o próprio gesto de firmar toda e qualquer base, estrutura ou alicerce) que desfaz-queimando o “lugar” (o “onde?”), a casa, o familiar, o sagrado e toda possibilidade do retorno que nisso se inscreve – trama da crítica-resistência-desobediência à ontologia, da qual se ocupa todo o percurso *narrativo* do “outramente que ser”. Abraão é, ele mesmo, e toda sua “espiritualidade” do “sem retorno”, a marca da condição desse pensamento “nômade” e “em diáspora”, que se impõe como transcendência ou mobilização política. E para que algo seja mobilizado ou se mobilize “é preciso” que haja abalo, profanação, insubmissão, resistência, desobediência etc., pois, como nos recorda o filósofo malgrebino, “não há responsabilidade sem ruptura dissidente e inventiva com a tradição, a autoridade, a ortodoxia, a regra ou a doutrina” (DERRIDA, Jacques. *Dar a morte*. Coimbra: Palimage, 2013, p. 41). O Deus de Abraão “difere essencialmente dos Lares e dos deuses nacionais”, domésticos, portanto (DERRIDA, Jacques. *Glas*. Paris, Galilée, 2004, p. 51).

³ Cf. GÜNTHER, Anders. *Kafka: pró & contra*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. No mais, vale dizer que “desloulamento” é o termo utilizado pelo tradutor deste texto, Modesto Carone, para verter a palavra *Verrückung*, como anota GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Deslocamentos e deformações em Kafka. *Viso. Cadernos de Estética*. v. IX, n. 17, 2015, p. 6.

qualquer; *desloucar* é perturbar o inabalável desse horizonte, pressuposto que se fixa em todos nós e em todo nó de identidade que se fia eternamente a si, sem cortes. Deslouca-se, desloca-se... Quê? Quem? *Desloucar* consiste em pressupor a torção de um universo de possibilidades espessas, por fissura, em que a lógica e a ordem sofrem o efeito de uma inquietação traumática, e a posição do sujeito é desfeita por colisão ou enfrentamento, a um só passo, fazendo vacilar as próprias pernas da consciência em toda sua rigidez, calma e apatia cotidianas. Kafka é um convite ao *desloucamento* do pensamento, espécie de inclinação noutra direção da intenção do olhar, dos lábios, dos ouvidos, da pele, do estômago, por sobre a trivialidade ensurdecedora do grotesco, visível-invisível, carente de imaginação, que nos deforma e devora o espírito, a sensibilidade, o corpo e nos conforma ao improfanável, à segurança inabalável da própria casa, exigindo-a, sob uma obediência silenciosa e obsequiosa, refletida em si mesma. Ao fim de contas, aprisionamento a si mesmo, em si que aponta para uma trama de evasão que exige a transcendência ou a interrupção das conexões da essência, para referir-me a Levinas. Não apenas Kafka nos convida ao *desloucamento*.

O que aqui se propõe, sob os passos do duplo gesto do *desloucar*, é o apontamento de uma leitura de insurgência, de interrupção da embriaguez ontológica (e totalitária); por finalidade, quer-se indicar o instante fundador da política⁴ desde a obra de Levinas, que aqui se nomeia desobediência. Dito de outro modo, trata-se de afirmar que a desobediência é o “de-situar” ou o “de-situar”⁵ que confere espírito à política *outramente que ser*, sob um duplo salto, movimento-loucura

⁴ Cabe destacar que Levinas não é um pensador político *stricto sensu*. Não há em sua obra “filosofia política” rigorosamente falando, e não se pretende aqui dizer o contrário. Todavia, seu pensamento não desautoriza uma reflexão sobre o político, ou sobre a filosofia do político, ou sobre a in-condição da política. Antes, a exige. Os temas da hospitalidade, do terceiro, da justiça, da fecundidade, da alimentação, entre outros, servem de base para tal propósito. Aqui, volto-me sobre a questão da obediência.

⁵ A ética em Levinas é pensada através da subjetividade destituída de si, retirada de seu lugar, des-situada, retirada de seu sítio, de-sitiada. Seguindo a mesma frequência, a desobediência evoca o rompimento de (ou a vigília contra) um estado de sítio, um estado de exceção que se ampara e se arma pela e na ontologia.

– que também serve à ética. Nestas páginas traçarei tão-somente algumas breves anotações sobre esse extenso acento hermenêutico – que se atém ao “talmudizar”⁶.

Dois, três

O escopo da obra de Emmanuel Levinas faz referência, naquilo que lhe é mais próprio, alto e inspirador, aos desdobramentos da relação à transcendência do rosto (*visage*), isto é, às implicações éticas acerca da ideia do infinito – “quem somos?”. Fundamentalmente, Levinas é um filósofo que se ocupa em suas bagagens em refletir sobre o estatuto da subjetividade em uma trama que expõe uma crítica à totalidade de *outro modo que ser* – ao que ele nomeia “sabedoria do amor”, do amor comandado até a substituição do um-pelo-outro, ou que também se diz santidade do santo (*kadosh* em hebraico, separação). O esforço desempenhado por Levinas na elaboração de sua obra consiste em traçar uma “ideia” de responsabilidade que não possa ignorar a altura do outro, sua exterioridade e o seu o sofrimento.

Mais do que dar ênfase a relações que possam vir a se estabelecer entre vizinhos – com iguais, da própria terra – Levinas indica que a responsabilidade não se encerra na simetria espelhada de um eu-tu, sob o alinhamento de quem caminha ou marcha lado a lado e, muito menos, se faz medir pelos movimentos de um “passo de dois”. “O interlocutor não é um Tu, ele é um Vós”⁷. O único, eu, responde a tudo e a todos, apelo que torna visível a invisibilidade da significação fenomenológica do rosto através da necessidade de se ter que comparar os incomparáveis. A medida se

⁶ O “talmudizar” faz alusão ao gesto mesmo interpretativo exercido por aquele que se volta para a discussão dos problemas suscitados pelo Talmud, palavra em movimento ou polissemia do sentido. Dito de outro modo, o talmudizar consiste em agitar com a mão a água que se encontra parada, em golpear a rocha para fazer despertar nela faíscas que se encontram adormecidas pelo tempo. Encontra-se essa expressão “talmudizar” em “L’arrière-plan de Spinoza” (LEVINAS, Emmanuel. *L’au-delà du verset*. Lectures et discours talmudiques. Paris: Minuit, 1982. p. 202). Trata-se, em última instância, de um método de aproximação ao texto que permite interpretações múltiplas, reatualizações do sentido – “hermenêutica suis generis”, “exegese judaica” (Ibid., p. 24) – que se faz guiar pelo ditado de que a Torá “não está mais no Céu, mas nas discussões dos homens” (Ibid., p.203).

⁷ LEVINAS, Emmanuel. *Totalité et infini* : essai sur l’extériorité. La Haye: Martinus Nijhoff, 1974b. p.75.

impõe e o rosto é encarado, *dé-visagé*. A intenção de Levinas é indicar que há sempre um terceiro – terceiros – a compor a cena da relação ética, que revira a ordem do ordenamento ao próximo dada pelo face a face, exigindo o cálculo e aquilo que o acompanha, isto é, a política⁸. É preciso lidar com o apelo que vem do próximo e, também do outro do próximo, o distante, e criar, por conseguinte, como se lê em "Política depois!", "as condições concretas da invenção política"⁹. A política surge como uma exigência em Levinas, um "é preciso", instaurando uma questão incontornável no seio da ética como filosofia primeira.

A política direciona-se para uma responsabilidade que toca a todos, em que todos são responsáveis por todos. Essa "intriga a três" própria da política remete, em certo sentido, a uma das passagens preferidas de Levinas de *Os Irmãos Karamázov*, em que o personagem Márkel, em um momento crucial de crise e de transformação diz: "somos todos culpados de tudo e de todos perante todos, e eu mais do que os

⁸ Pode-se dizer que o pensamento de Emmanuel Levinas é marcado por um hiato quanto aquilo que toca a relação entre a ética (metafísica) e a política. Por toda parte de onde se observa a arquitetura de sua obra é possível notar uma "tensão" e uma "ambivalência" que se faz inscrever entre a sabedoria e a astúcia que as representa, respectivamente. A ética faz resistência à política e, ao mesmo tempo, a exige, para além do político no político ("para além no"). Reiteradamente, Levinas expõe sérias reservas em relação ao político, o que se faz notar de modo acentuado em seu bastante conhecido "Prefácio" de *Totalité et infini* (1974b). Como quem se apresenta diante de um púlpito, em um gesto de exortação à lucidez que visa a ultrapassar um mero jogo de luzes, diz Levinas nas primeiras linhas de seu ensaio sobre a exterioridade: "A política opõe-se à moral assim como a filosofia à ingenuidade." (LEVINAS, 1974b, p. IX). A política, continua ele, "arte de prever e de ganhar por todos os meios a guerra" (Ibid.) firma-se como o próprio exercício da razão, o qual, por sua condição, patenteia a obliteração da alteridade do Outro e desnuda sua altura. Contra a evidência da violência que se reproduz através da guerra – todos contra todos – sob as vestes da universalidade e da lei, Levinas lança mão de um discurso que se enuncia sob os vestígios da escatologia profética, paz messiânica. Todavia, é preciso destacar que para Levinas, conforme aponta Hayat, "a política não é menos necessária do que a ética." (HAYAT, Pierre. *Une philosophie de l'individualisme éthique*. In: LEVINAS, Emmanuel. *Liberté et commandement*. Paris: Fata Morgana, 2016, p. 19). "É preciso" política, porque há sempre o terceiro. Em jogo encontra-se a descrição de uma política messiânica, como se pode ler em "Para além do Estado no Estado" (in LEVINAS, Emmanuel. *Nouvelles lectures talmudiques*. Paris: Minuit, 1996. pp. 43-76) – política que carrega em si a inspiração metafísica que a precede, desdobrando-se em desobediência-obediência, (des)obediência. Para ele a política se traduz por uma atenção extrema ao "juízo de todos os instantes no tempo em que se julgam os vivos" (LEVINAS, 1974b, p. XI.), isto é, política em vigília contra o risco da tirania, guiada, portanto, pela hospitalidade e pela palavra que desenfiteia. (Ibid., p. 71).

⁹ LEVINAS, Emmanuel. *L'au-delà du verset: lectures et discours talmudiques*. Paris: Minuit, 1982. p. 227.

outros"¹⁰. Apropriando-se dessa sentença para o seu pensamento, Levinas dirá que a culpa deve ser lida como responsabilidade, isto é, como imputabilidade. O terceiro interrompe a ética abrindo as portas do político e, por conseguinte, da justiça – como nos faz refletir Primo Levi a partir de um de seus relatos de sobrevivente, no qual se faz ouvir uma questão que o envergonhava: “por que vocês dois, e eu não?”¹¹. À maneira de uma incumbência de resposta que se impõe a um sobrevivente (unicidade), Levinas articula seu discurso sobre o humano e a ordem do político, ou sua desordem. Conforme afirma Derrida em “A palavra de acolhimento”, a interposição do terceiro na trama da relação ética corresponde na assinatura de Levinas à quase totalidade de seu discurso¹², instante que faz marcar o “nascimento da questão”. Quem vem primeiro? Diz-me respeito o outro do outro também? Encarar, *dé-visager*, o terceiro estabelece o limite da imediaticidade da responsabilidade, impondo uma condição à in-condição ética. É preciso exigir o contexto, a visão, a medida, o Estado, o julgamento etc. Nesses termos, a aproximação do próximo envereda-se pela justiça, isto é, o surgimento da consciência. A filosofia de Levinas dispensa a consciência intencional, pressuposta na relação do sujeito com o mundo, na qual se colhe a alteridade; a intencionalidade é sem imagem, experiência sem visão. No entanto, a política altera os termos dessa relação singular. “É preciso julgamento e justiça a partir do momento em que aparece

¹⁰ DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Os irmãos Karamázov*. São Paulo: Ed. 34, 2008. p. 396.

¹¹ LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2016. p. 64. Primo Levi traz à memória um acontecimento que se deu em Auschwitz durante uma árdua jornada de trabalho de um dia muito quente, em que todos sofriam com a sede. Em seu relato diz que após ele e seu amigo Alberto descobrirem uma fonte de água os dois decidiram usufruir dela sem dividi-la com os demais prisioneiros. Mas o segredo não se manteve a salvo, pois houve quem, silenciosamente, notasse o ocorrido. Anos mais tarde, após a libertação, Primo Levi foi questionado por Daniele, companheiro deles que em segredo testemunhou o episódio, sobre o motivo de a água não ter sido compartilhada com ele. A referida passagem alude à incumbência que recai sobre os ombros do sobrevivente, que em sua unicidade deve tudo a todos.

¹² DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Lévinas*. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 48.

o terceiro¹³. Assim, a “consciência nasce como presença do terceiro”¹⁴ e o seu fundamento, vale ressaltar, é a justiça e não o contrário, como poderia supor Thoreau¹⁵. A primeira questão é questão de justiça. “Quem” antes de todos? É preciso uma decisão¹⁶. Mas quem decide?

Obedecer, sim

Em oposição à certeza do primado da liberdade, quem primeiramente diz “sim” é o outro (liberdade investida). “Não sou eu – é o outro quem pode dizer *sim*”¹⁷. Fala-se de uma responsabilidade que surge antes da liberdade, à maneira de uma “doação original” sob inspiração ou ordenamento de um passado imemorial (ideia do infinito, Deus...). A tônica do discurso defendido por Levinas aponta para a existência de um “*sim* mais antigo que a espontaneidade ingênua”, “antes do eu-que-se-decide”¹⁸. Não é preciso que se escute e se entenda para que se responda em

¹³ LEVINAS, Emmanuel. *Entre nous* : essai sur le penser-à-l'autre. Paris: Grasset & Fasquelle, 1998 (Le Livre de Poche). p. 221.

¹⁴ LEVINAS, Emmanuel. Paix et proximité. In: ROLLAND, Jacques (Dir.). *Les Cahiers de La Nuit Surveillée*. Emmanuel Lévinas. n. 3, Verdier, 1984. p. 346.

¹⁵ Salvaguardada a importância indelével do pensamento de Thoreau no que diz respeito às suas postulações sobre a desobediência civil, há nele um “elogio à consciência”, ao seu poder de decidir sobre o que é certo ou errado, de impor ou contestar, sob desobediência, o que é justo diante do que se mostra arbitrário – resistindo ao governo civil se assim o for necessário – o que, claramente, faz oposição às teses levinasianas. Em Thoreau é a consciência que traz a justiça, que a impõe e a repõe, digamos. Cf. THOREAU, Henry David. *Desobediência civil*. São Paulo: Edipro, 2016.

¹⁶ Diz Levinas: “O terceiro é também meu outro, o terceiro é também meu próximo. Quem seria o primeiro a falar? Onde está a prioridade? É preciso uma decisão. A Bíblia solicita justiça e deliberação! Do seio do amor, do seio da misericórdia. É preciso, e julgar e concluir: é preciso um saber, é preciso verificar, ciência objetiva e sistema. É preciso julgar, o Estado, e instâncias políticas. É preciso trazer os únicos do amor, exteriores a todos os gêneros, à comunidade e ao mundo. [...]. Primeiras violências na misericórdia! É preciso, pelo amor do único, renunciar ao único. É preciso que a humanidade do Humano se recoloca no horizonte do Universal. Ó mensagens bem-vindas da Grécia! Instruir-se entre os gregos e aprender seu verbo e sua sabedoria. O grego, inevitável discurso da Europa que a Bíblia ela mesma recomenda.” LEVINAS, Emmanuel. *A l'heure des nations*. Paris: Minuit, 2009. p. 156.

¹⁷ LEVINAS, 1974b, p. 66.

¹⁸ LEVINAS, Emmanuel. *Quatre lectures talmudiques*. Paris: Minuit, 1976b. p. 106; 107.

seguida, como aponta Levinas em “Heidegger, Gagarin e nós”¹⁹. Há apenas escuta e resposta. A isso também se dá o nome de acolhimento ou hospitalidade, noções que indicam uma “irreduzível ‘intriga’ da obediência”²⁰. Em Levinas, acolher é obedecer.

Pode-se afirmar que todos os fios da obra de Levinas passam pelo nó da obediência, o que também poderia se chamar ética, metafísica, hospitalidade, responsabilidade, fecundidade, substituição, subjetividade, Torá, profetismo. Obediência em seu pensamento se traduz por “temor do Céu”²¹, isto é, temor pelo outro ou tremer diante do mistério do outro. Definitivamente, não está em questão aí o temor enquanto medo da violência tal qual expressara Hobbes, que se impõe a partir de um instinto de autopreservação. Mas certamente há um terror em jogo em meio ao horizonte do ser, que coloca em risco a própria política pelo esvaziamento da palavra (impessoalidade), como ocorre na consolidação de regimes totalitaristas. O temor, ao qual faz referência Levinas, é o temor pelas consequências do “há”, de uma noite que invade e torna-se endêmica, suspendendo a justiça, como se lê em *Do sagrado ao santo*, em sua quinta lição²². O temor diz respeito a um apelo de ordenamento que se endereça a mim (único), acusado, como possibilidade de interrupção da morte de alguém e de toda e qualquer justificativa para o sofrimento que possa a vir a se impor aos próximos e aos distantes. Não se trata de temer a própria morte, angustiar-se diante dela e, nesse movimento, apropriar-se de si, mas de temer a morte de outrem, temor em ocupar o lugar de alguém, usurpar-lhe a morada, reduzir um outro à fome e à miséria, cometer assassinato. Teme-se a morte que pode estar sob o peso de minhas mãos surdas, cegas, puras, que decidem em arbítrio, a sós ou por ingênuo descuido. Por certo, mãos sempre sujas, mas que ainda

¹⁹ LEVINAS, Emmanuel. *Difficile liberté: essais sur le judaïsme*. Paris: Albin Michel, 1976a (Le Livre de Poche). p. 325.

²⁰ LEVINAS, 1982, p. 176. “Obediência que não corresponde a um imperativo categórico [...]; obediência remontando ao amor do próximo.” (Ibid., p. 176-177). “O homem não peca contra Deus desobedecendo aos mandamentos – ele destrói mundos. Ele ‘agradece a Deus’ em obediência: é o que reforça e ilumina o ser dos ‘mundos’.” (Ibid., p. 195).

²¹ LEVINAS, 1982, p. 116.

²² Cf. LEVINAS, Emmanuel. *Du sacré au saint: cinq nouvelles lectures talmudiques*. Paris: Minuit: 1988. p. 149-180.

assim podem “salvar”, praticar a justiça – mãos dispostas ao sacrifício, mãos dispostas ao perjúrio, disposição para o político.

Obediência em Levinas diz respeito à consciência não-intencional, à má consciência, à relação ao rosto, isto é, à trama da *ética como filosofia primeira* enquanto tal, que se expõe em sua obra pela descrição de uma subjetividade como hóspede e como refém, até a substituição do um pelo outro – teses que são apresentadas, especialmente, em *Totalidade e infinito* e em *Outramente que ser ou mais além da essência*. A noção de obediência não faz referência a uma ideia de subordinação e, em absoluto, remete a uma concepção de servidão, como se pode ler em “Filosofia, justiça e amor”²³ – contrariamente ao que poderia afirmar La Boétie²⁴ (afinal, seria possível uma obediência não servil?). Levinas se propõe, diz Hayat, a “pensar a obediência a um mandamento exterior, sem que a exterioridade do outro seja coercitiva.”²⁵ Não se sustenta a ideia de que a subjetividade, definida desde a obediência à lei do outro signifique subserviência ou um estado de submissão à tirania de um senhor. Os contornos que são dados à subjetividade afirmam que sua constituição original é um *sim incondicional* à exterioridade, ao infinito. A ética ou a relação ao outro para ele se realiza como serviço e como hospitalidade – receber alguém em sua própria casa, oferecer-lhe abrigo, alimentá-lo, e permanecer também estrangeiro em sua terra. O sujeito é um hóspede (*hôte*) e também é refém (*otage*). O rosto ordena como um mestre; o outro é o mestre da justiça. Até este ponto destaca-se que obedecer não é decidir. Sob termos estranhos à modernidade filosófica, a responsabilidade-obediência é decisão anterior a toda iniciativa, o que se traduz pelas teses de Levinas como relação não-alérgica com a diferença ou a significação da transcendência.

²³ Cf. LEVINAS, 1998, p. 113-131.

²⁴ Cf. LA BOÉTIE, Étienne de. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Nós, 2016.

²⁵ HAYAT, 2016, p. 16.

É preciso “Não”

O motivo condutor que anima as postulações levinasianas sobre a subjetividade está relacionado à descrição de um eu que se afirma, que se faz valer por sua positividade e que, ao mesmo tempo, se inclina perante a transcendência²⁶. Em outros termos, resiste-se, inclina-se, acolhe-se. A verdadeira heteronomia começa quando a obediência cessa de ser consciência obediente, quando ela se torna *inclinação*²⁷. Desapossado de si mesmo, sem poderes sobre o outro, a subjetividade encontra-se sob o acusativo — "eis-me" — de maneira incondicional, expondo-se passivamente desde uma vocação que não permite qualquer esquiva possível. "A palavra Eu significa *eis-me*, respondendo por tudo e por todos. [...] responsabilidade do eu por aquilo que o eu não tinha querido, isto é, pelos outros"²⁸. A subjetividade é passagem da transcendência enquanto consumação ética do infinito no substituir-se. O eu encontra-se imputado por *algo* que não esperou por sua liberdade, por sua deliberação. Está acusado ante tudo. "Quem me acusa?", pergunta-se K. em *O processo*²⁹. Não se sabe quem é o acusador. A subjetividade, à maneira de um romance kafkiano, define-se como *quem* se encontra suportando a gravidade do mundo sobre si, responsabilidade insubstituível, sem que isso se dê no nível da compreensão — requisito que antecede o agir. A isso Levinas também dá o nome de inspiração ou profecia, pacto de obediência que antecede ao Sinai, Torá antes do Sinai. "Existiria um pacto com o bem anterior à alternativa do bem e do mal"³⁰. O sussurro desta elevada trama, tocando o ouvido e fazendo inclinar o coração, sem fazer dispersar a opacidade, pontua a *narrativa* em questão.

²⁶ LEVINAS, 1974b, p. 10.

²⁷ LEVINAS, 2016, p. 37; *meu itálico*.

²⁸ LEVINAS, Emmanuel. *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*. La Haye: Martinus Nijhoff, 1974a. p. 145-146.

²⁹ KAFKA, Franz. *O processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 50. No romance em questão, o personagem K. vê-se, repentinamente, implicado em um processo policial sob a condição de réu, sem possuir ele qualquer conhecimento sobre o caso ou sobre quem o acusa.

³⁰ LEVINAS, 1976, p. 95.

Para Levinas não-indiferente/obediente é a subjetividade *diante* "daquilo" que ela não compreende, não vê e, ao mesmo tempo, recebe e oferta. Por certo, *loucura para os gregos*, filosofia do escândalo, que não se faz tiranizar pela lógica porque exige o trauma, infiltrando-se no nó do eu e desatando-o. "A clareza é o desaparecimento daquilo que poderia chocar"³¹. Nesses termos, a ética em Levinas, que se produz como trauma que perfura o ensimesmamento do eu, subverte a ordem do ser para além da essência, sob exigências im-possíveis ou estranhas ao saber. Em seu texto "Kierkegaard, existência e ética"³², Levinas faz referência a isso que se poderia chamar de uma "loucura da razão" ao comentar a história do sacrifício de Isaac, ou de como Deus tentou Abraão. Trata-se de uma controversa passagem bíblica que expõe o escândalo em torno do possível sacrifício por Abraão de seu próprio filho a pedido de Deus – que aqui nos serve de figura para pensar a insurgência do político, sua aproximação (*korban*). A aposta no absurdo que é evocada pela trama faz com que Kierkegaard em *Temor e tremor*³³ atribua ao gesto de resignação de Abraão a superação da moralidade pela fé. O assim chamado "cavaleiro da fé", em seu exercício individual de crença no absurdo, efetua um "salto" para além da moralidade no momento mesmo em que diz "eis-me aqui" e se propõe a obedecer em nome de Deus ao que é escandaloso. A trama traz à tona uma questão importante sobre o "instante da decisão".

Em objeção a estas postulações formuladas por Kierkegaard, dirá Levinas que o que chama a atenção nessa narrativa é justamente a disposição de Abraão para ouvir a voz do anjo, que surge como uma segunda voz em cena a lhe interpelar. Diz assim Levinas: "Talvez o ouvido que teve Abraão para entender a voz que o trouxe à ordem ética tenha sido o momento mais alto desse drama."³⁴ É espantoso que Abraão tenha seguido de modo obediente a primeira voz que ele ouviu dado o

³¹ LEVINAS, 1974b, p. 96.

³² LEVINAS, Emmanuel. *Noms propres*. Montpellier: Fata Morgana, 2014. p. 101-113.

³³ KIERKEGAARD, Søren. *Temor e tremor*. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.

³⁴ LEVINAS, 2014, p. 113.

escândalo que ela ordenava. Teria sido isso o efeito de um enfeitiçamento? Ao mesmo tempo, é admirável que ele tenha mantido seu ouvido inclinado para escutar uma segunda exortação, o que tornou possível a interrupção do sacrifício de seu único filho. O ápice dessa narrativa não diz respeito à obediência de Abraão à ordem dada por Deus, como afirmou o próprio Levinas, mas sim, e aqui firmamos nossa posição, ao gesto de desobediência³⁵ diante daquilo que lhe foi exigido em sacrifício. Há um instante de decisão em jogo, em que nasce uma questão: quem vem primeiro? (“Por que vocês dois e eu não?”). Poderíamos dizer que Abraão teria assumido um “não” em nome de um “sim”. É possível dizer “não” ou tudo é sempre “sim, sim”? Certo, Abraão recusa a primeira ordem e dá ouvidos a uma outra ordem, a que foi dada por um anjo, um mensageiro de Deus. Mas por que Abraão atendeu a essa outra voz e não a de Deus? Seria essa voz um terceiro? Teria sido a primeira voz a ordem de um deus doméstico ou uma voz qualquer da consciência? Abraão não indica com seu gesto de se inclinar à voz do anjo a necessidade de uma traição da “palavra de honra original”³⁶, mas deixa aberta a questão sobre os limites da obediência. Afinal, a que(m) se obedece?

Essas questões evocam a necessidade de se refletir sobre a inscrição de um *deslucamento* da ética (e da política) a partir da obra de Levinas, o que para nós se faz através da noção de desobediência – desobediência ao ser, ao deus doméstico, ao “lugar”, ao totalitarismo, à transcendência etérea etc. Nesses termos, a desobediência – esse desdizer o dito – aparece como o instante fundador do político em Levinas –

³⁵ Levinas não se fia à tradição da “desobediência civil”, que remete a Thoreau. A desobediência aqui opera sob uma outra “lógica”, a da substituição, ou da passividade, ou da “falência”, ou da não coincidência do eu com si mesmo – a desobediência é da ordem de uma infiltração, subversiva, que revira o sujeito exigindo-lhe responsabilidade; a desobediência não faz referência a uma consciência que diante da injustiça se posiciona e, assim, funda a justiça ou a refunda, a reforma, mas, antes, afirma-se a ideia de uma justiça que torna possível a consciência, inaugurando-a, de modo que a consciência é refém da justiça ou de outrem. A “decisão” do desobedecer não é, portanto, uma “tomada de consciência”. Todavia, a política também se faz com “tomada de consciência”, pois a trama do calcular que se inscreve em seu jogo é incontornável. “É preciso”, sim, decisão nos termos das leis, das instituições etc. – mas sempre sob uma inspiração que não vem da boa consciência, ao menos em seu “primeiro passo”, digamos. O “quem vem primeiro?” seria um “segundo passo”, âmbito do decidir. A questão da desobediência em Levinas remete ao fato de que há “sim” e há “não”, os quais seguem sempre juntos em uma dinâmica ambivalente.

³⁶ LEVINAS, 1974b, p. 177.

dar ouvido à voz do anjo. O terceiro “surge” – embora já sempre presente – e implode a estrutura aburguesada do duo, quando, mas não apenas, ele se encontra entregue a si mesmo e mergulhado em sua cotidianidade fundida ao “outro” – simétrica –, absorvido em sua economia da violência. O terceiro provoca um deslocamento e inaugura outra espécie de loucura, a política (a inspiração segue sob a mesma vibração que impulsiona a ética, o infinito). O que se quer indicar com o sacrifício de Abraão é a plasticidade de uma “situação” (e se está sempre “em situação”, lembrando Sartre, embora o rosto não se reduza a “situações”), se assim se pode dizer, que compreende a cena de um “salto duplo”, não sincrônico, por sobre o nó górdio (evasão), desfazendo-o – dito de outro modo, indicação da transcendência ou, também, da política como transcendência. Pois, em meio à trama ética o terceiro se impõe exigindo um seu redirecionamento, revirando-a até o para-todos – a-Deus sem Deus. Trata-se de um giro e de uma torção ao avesso – desprovida de decisão, ao menos no primeiro passo ou no primeiro encontro, que diz respeito a uma insurgência. “É preciso” a política – pela política insurgir-se contra o mesmo –, decidir, voltar-se para o terceiro, acolhê-lo, alimentá-lo, responder-lhe de algum modo – e, para tanto, “é preciso” desembriagar-se da possível embriaguez que habita não apenas a política quando deixada a ela mesma, mas também a ética (há sempre o risco de se prender ao feitiço, aos encantos dos gênios enganadores). A possibilidade de não se abrir as portas e as janelas para o outro é sempre dada na trama da relação à alteridade em Levinas, o risco da hostilidade está lá. (Derrida já indicara a ambivalência da hospitalidade-hostilidade em *Da hospitalidade*³⁷. A ética é dual, exige dois, face a face; mas o dois não é predicativo de sua garantia – o assunto é extenso, mas é certo que não se vê em Levinas a aposta em um discurso ingênuo sobre a constituição do humano, como se suas teses entoassem a defesa de um pensamento selvagem). É neste instante que atravessa a cena o terceiro, desordenando o que na relação *face a face* contamina-se com o ser, *lado a lado*,

³⁷ Ver DERRIDA, Jacques. *Da hospitalidade*. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar. São Paulo: Escuta, 2003. Ver também DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Levinas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

horizonte que é preciso profanar. Desobedecer é dar a deslizar o Dizer (que anima todo Dito e por ele é traído) em sua altura, impulso “a três” que instaura o político pelo “não” – mais do que um *des-loucamento*, o desobedecer é um *tres-loucamento*, isto é, um gesto de trans-cendência, “a três” – para fazer aqui uso da “ambiguidade” em torno da homofonia entre o prefixo tres- e o numeral três.

Pode-se afirmar que a passagem do sacrifício de Abraão indica um caminho possível para se pensar a ideia da desobediência em Levinas como uma categoria do político – desobediência que se faz em nome da obediência, “não-de-outro-modo”³⁸. As implicações dessa questão tocam não apenas seu pensamento sobre o político mas também sua “filosofia primeira”. A desobediência parece atuar como algo da ordem da repetição de um desdizer o Dito em nome do Dizer, tarefa da justiça sob a mira do martelo³⁹ que desata e desconstrói os nós que a violência amarra sobre a trama da relação ao outro em sua economia, desobediência a testemunhar uma obediência *outramente que ser*. Desobediência possível?

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Biotempo, 2007.

ANDERS, Günther. *Kafka: pró e contra – os autos do processo*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Lévinas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *Da hospitalidade*. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar. São Paulo: Escuta, 2003.

³⁸ ROSENZWEIG, Franz. *La estrella de la redención*. Salamanca: Sígueme, 2006. p. 72. Ao fundo daquilo que Levinas denominou “metafísica” ou “ética” encontra-se a referência a uma questão política que resiste ao regimento do puramente político, sob um gesto de desobediência, como uma espécie de *sim do não*. Dito de outro modo, trata-se de uma defesa daquilo que excede a totalidade, isto é, a exterioridade que significa “a resistência da multiplicidade social à lógica que totaliza o múltiplo.” LEVINAS, 1974b, p. 268.

³⁹ Acaso não é minha palavra como fogo? Diz o Eterno: e como martelo que faz pedras em pedaços? (Jr 23, 29). – Assim como o martelo produz faíscas, assim um versículo se desdobra em várias significações (Sanhedrin 34a).

_____. *Dar a morte*. Coimbra: Palimage, 2013.

_____. *Glas*. Paris: Galilée, 2004.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Os irmãos Karamázov*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Deslocamentos e deformações em Kafka. *Viso. Cadernos de Estética*. v. IX, n. 17, 2015, pp. 1-14. <http://revistaviso.com.br/pdf/Viso_17_JeanneMarieGagnebin.pdf>. Acesso em 10 nov. 2018.

HAYAT, Pierre. Une philosophie de l'individualisme éthique. In: LEVINAS, Emmanuel. *Liberté et commandement*. Paris: Fata Morgan, 2016.

KAFKA, Franz. *Nachgelassene Schriften und Fragmente II*. Frankfurt a.M.: S. Fischer Verlag, 1992.

_____. *O processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

_____. Reflexões sobre o pecado, a dor, a esperança e o caminho certo. In: *Contos fábulas e aforismos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

KIERKEGAARD, Søren. *Temor e tremor*. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.

LA BOÉTIE, Étienne de. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Nós, 2016.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LEVINAS, Emmanuel. *À l'heure des nations*. Paris: Minuit, 2009.

_____. *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*. La Haye: Martinus Nijhoff, 1974a.

_____. *Difficile liberté: essais sur le judaïsme*. Paris: Albin Michel, 1976a (Le Livre de Poche).

_____. *Du sacré au saint: cinq nouvelles lectures talmudiques*. Paris: Minuit: 1988.

_____. *Entre nous : essai sur le penser-à-l'autre*. Paris: Grasset & Fasquelle, 1998 (Le Livre de Poche).

_____. *L'au-delà du verset: lectures et discours talmudiques*. Paris: Minuit, 1982.

_____. *Liberté et commandement*. Paris: Fata Morgan, 2016.

_____. *Noms propres*. Montpellier: Fata Morgana, 2014.

_____. *Nouvelles lectures talmudiques*. Paris: Minuit, 1996.

_____. Paix et proximité. In: ROLLAND, Jacques (Dir.). *Les Cahiers de La Nuit Surveillée*. Emmanuel Lévinas. n. 3, Verdier, 1984.

_____. *Quatre lectures talmudiques*. Paris: Minuit, 1976b.

_____. *Totalité et infini* : essai sur l'extériorité. La Haye: Martinus Nijhoff, 1974b.

ROSENZWEIG, Franz. *La estrella de la redención*. Salamanca: Sígueme, 2006.

THOREAU, Henry David. *Desobediência civil*. São Paulo: Edipro, 2016.